



VI - DIÁLOGO SOCIAL E CIDADANIA



VI – DIÁLOGO SOCIAL E CIDADANIA

Nos últimos anos, a participação social pode ser considerada como fundamental instrumento de governo para elaboração, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas, conferindo qualidade, viabilidade e legitimidade a um projeto de desenvolvimento de longo prazo. O Poder Executivo Federal estimulou a criação e consolidou novos canais de participação social, que contribuíram para dar maior legitimidade e efetividade às políticas públicas, estimular parcerias e ampliar a participação efetiva das entidades e dos movimentos sociais.

Nesse contexto, merece destaque o Fórum Direitos e Cidadania como instância que promove a articulação política e gerencial das prioridades de governo para a garantia e expansão de direitos que concretizam, fortalecem e ampliam a cidadania brasileira. Compete ao Fórum promover a pactuação de prioridades e monitorar o alcance das metas do Executivo associadas a essa temática, no período 2011-2014.

1. Informação ao Cidadão

No cumprimento do seu papel constitucional de informar e prestar contas à sociedade sobre ações, programas e medidas de governo, ações de comunicação vem sendo planejadas de forma integrada, com ênfase na promoção da cidadania, do interesse geral e da utilidade pública. No total, foram realizadas 90 campanhas, cabendo destaque, na área de utilidade pública, a Campanha Nacional de Mobilização para a Certidão de Nascimento e Educação e a Campanha Coleta Seletiva do Lixo. Dentre as campanhas institucionais, destacaram-se o Plano Brasil Sem Miséria, O Brasil está em Boas Mãos e Brasil Maior.

Ao longo do ano, as diretrizes de segmentação e regionalização nortearam a publicidade do Poder Executivo, mediante a adoção de parâmetros técnicos para aplicação das verbas publicitárias. O número de veículos de divulgação cadastrados passou de 8.094, em 2010, para 8.435, em 2011, proporcionando maior eficiência nos investimentos e na ampliação da cobertura das ações de comunicação.

A comunicação pública aprimorou conteúdos para divulgação, na área de notícias do Portal Brasil e no boletim Em Questão. O Portal Brasil evoluiu com o objetivo de educar, mobilizar e divulgar as ações de governo e o Em Questão, com versão eletrônica e impressa, contém as principais notícias sobre ações e resultados de políticas públicas que afetam a vida do cidadão. Em 2011, foram produzidas 226 edições do Boletim, sendo 25 edições com temas específicos.

Foram produzidos novos conteúdos audiovisuais, com destaque para os especiais: i) Brasil Sem Miséria; ii) Educação Financeira; iii) Indicadores Econômicos; iv) Ensino Técnico; v) Maternidade; e vi) Energia. Além da utilização do Canal *Youtube* para disponibilização desse material nas versões em português, inglês e espanhol.

Visando conferir maior eficiência à comunicação via Internet, o Poder Executivo Federal lançou o novo portal da Presidência da República – Portal Planalto (<http://www.planalto.gov.br>), planejado para oferecer informações que atendam aos múltiplos interesses dos cidadãos e da imprensa. O Portal apresenta conteúdos sobre a Presidência da República, a Presidenta e o Vice-Presidente, além de abrigar o *Blog* do Planalto e dispor de acesso para toda a base da legislação brasileira e para a Biblioteca da Presidência da República. O Portal Planalto recebeu 2.463.014 acessos desde o seu lançamento em agosto de 2011 (média de 20.525 acessos/dia).





Para o Executivo Federal e para a sociedade brasileira, a liberdade de imprensa é valor fundamental. Nesse sentido, o relacionamento com a imprensa pautou-se pela transparência e pela igualdade de acesso às informações de natureza pública. A compreensão de que são muitas as imprensas existentes no País, cada uma com públicos, necessidades, vocações e alcances distintos, levou o Executivo a promover ações diferenciadas e adequadas aos vários perfis de veículos noticiosos existentes.

A Presidenta da República concedeu 63 entrevistas à imprensa nacional, regional e internacional, sendo 13 exclusivas. Dentre as 50 entrevistas coletivas, destacam-se a da imprensa argentina e a da mídia brasileira e estrangeira, concedida em Nova Iorque, durante a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Com relação às rádios, a Presidenta concedeu nove entrevistas, contemplando 20 emissoras.

Outras ações de comunicação com a sociedade foram a coluna semanal *Conversa com a Presidenta*, com 47 edições publicadas em 198 jornais; e o Blog do Planalto, que teve 1.416.618 visitas, com 942.487 visitantes únicos em 2011. Foram ao ar 52 edições do Bom Dia Ministro, com a participação de 172 rádios das 27 unidades da Federação. Já o programa *Café com a Presidenta* teve 43 edições. O Brasil em Pauta recebeu 12 edições, das quais participaram 98 rádios, de 50 cidades de 26 unidades da Federação, abrangendo as cinco regiões do País. Destaca-se, ainda, o programa de rádio *Brasileiras*, lançado em 2011, com enfoque na mulher. Foram produzidas sete edições, que contaram com a participação de 44 rádios de 17 unidades da Federação.

As ações de divulgação do Brasil junto à mídia internacional foram ampliadas com a finalidade de reforçar credenciais do País nos planos econômico, social, ambiental e político-institucional, e de posicioná-lo como referência global em desenvolvimento sustentável, sobretudo no pilar da erradicação da pobreza. Em 2011, entre outras atividades, foram realizadas 11 teleconferências ministeriais com foco em economia, infraestrutura, energia e meio ambiente, e promovidas oito missões (*press trips*) para a familiarização de jornalistas e formadores de opinião estrangeiros com aspectos selecionados da realidade brasileira. O trabalho resultou na publicação de 4.225 matérias em jornais estrangeiros, representando 52% de aumento em relação a 2010. Só a divulgação internacional do lançamento do Plano Brasil Sem Miséria gerou mais de 180 matérias.

O Executivo Federal consolidou a Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão, com 744 emissoras de TV aberta, alcançando mais de 1,7 mil Municípios, em 22 unidades da Federação. O investimento no jornalismo público independente e de qualidade levou veículos e profissionais da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) – TV Brasil, Agência Brasil e Radiojornalismo – à conquista de quatro prêmios (FAP de Jornalismo Científico; Jornalistas e Cia/HSBC de Sustentabilidade; Abdias Nascimento; e Massey Ferguson) e os colocou como finalistas em outros oito prêmios. A TV Brasil passou a transmitir 24 horas diárias de programação, com mais de 170 novos conteúdos. Foi ainda estabelecida parceria com o cinema nacional, resultando em quatro filmes coproduzidos pela EBC que ganharam destaque em festivais nacionais.

A TV Brasil Internacional (TVBI) chegou a cerca de 20 mil assinantes brasileiros de TV a cabo no Japão e a 3 mil na República Dominicana. A TVBI também é retransmitida para os Estados Unidos, Portugal, e países da África e América Latina.

Em 2012, a EBC pretende continuar expandindo sua rede para alcançar todas as unidades da Federação, ampliando as parcerias com TVs educativas e universitárias e implantando novas geradoras e retransmissoras. Novo Portal entrará no ar para fazer a integração dos conteúdos dos veículos da EBC, modernizando seus sítios na Internet e distribuindo conteúdos por meio de outras plataformas digitais.





Ainda dentro das perspectivas para 2012, além da TV Pública, serão aperfeiçoados outros mecanismos de comunicação com o cidadão e de conteúdo multimídia destinados à imprensa nacional e internacional, com maior presença do Executivo nas redes sociais e ampliação do acesso por meio de dispositivos móveis (*smartphones*, *tablets* e TV digital). As ações na área de imprensa internacional deverão privilegiar o tema do desenvolvimento sustentável no contexto da Conferência Rio+20, principal evento internacional do ano, e dos preparativos para a Copa do Mundo FIFA 2014 e para os Jogos Olímpicos Rio 2016.

2. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)

Criado em 2003, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) manteve intensa atuação em 2011, como parte da crescente rede de diálogo e da afirmação da participação como método de governo, inserindo na agenda governamental a discussão de grandes temas de interesse nacional. O CDES realizou, ao longo do ano, em média, cinco atividades mensais, incluídas reuniões ordinárias plenárias, reuniões de Grupos de Trabalho, seminários, colóquios, missões internacionais, com a participação ativa dos conselheiros, ministros e altos dirigentes da administração pública, outras lideranças sociais, intelectuais e pesquisadores.

Foram amplamente debatidas questões da conjuntura econômica; qualificação e formação profissional; ciência, tecnologia e inovação; sistema tributário e justiça fiscal; infraestrutura brasileira; e empreendimentos estratégicos, incluindo os grandes eventos esportivos que o País sediará nos próximos anos.

O CDES contribuiu, também, na elaboração do Plano Plurianual (PPA 2012-2015). Essa contribuição tem como base a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC), expressão do consenso atual entre os conselheiros sobre o desenvolvimento brasileiro. A ANC foi utilizada como subsídio para as definições gerais do Plano Plurianual – visão de futuro, valores e desafios.

O CDES coordenou, em parceria com 72 instituições, o Acordo para o Desenvolvimento Sustentável. O documento foi entregue à Comissão Nacional que organiza a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), como contribuição ao posicionamento estratégico/político nos temas a serem tratados e nos encaminhamentos futuros, nos âmbitos nacional e internacional.

No que se refere à cooperação internacional, o CDES avançou na parceria com o Conselho Econômico e Social Europeu (Cese), realizando duas reuniões, no Brasil e em Portugal. Como membro ativo da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (Aicesis), participou da Assembleia Geral realizada em Roma, Itália. Também foi realizada a 3ª Mesa Redonda da Sociedade Civil Brasil-Rússia e a 1ª Mesa Redonda da Sociedade Civil dos Brics.

Em 2012, o CDES terá entre suas prioridades a participação na Conferência Rio+20, em um esforço de aprofundamento e disseminação do Acordo, envolvendo os Conselhos congêneres estaduais e municipais, além das Conferências nacionais, em parceria com a Secretaria Geral da Presidência da República. Será ainda mantido o projeto Observatório da Equidade e o apoio a iniciativas de criação de Conselhos econômicos e sociais nos Estados e Municípios e em outros países.





3. Democracia e Diálogo

O fortalecimento e a consolidação da democracia são objetivos permanentes do Estado brasileiro. Mais do que garantir o funcionamento das instituições essenciais à democracia, o Estado deve avançar na constituição de novos ambientes que favoreçam a interação do Governo com a sociedade. Essa estratégia é uma forma de garantir a concepção e a implementação de políticas públicas cada vez mais ajustadas às demandas e necessidades da população.

Como forma de ampliar e aprofundar a participação social na gestão pública em todos os níveis, esferas e unidades do Estado, três importantes eventos marcaram o ano de 2011, demonstrando o engajamento do Governo Federal no caminho para o aprofundamento da democracia.

No Seminário Nacional de Participação Social, o Governo, em conjunto com representações da sociedade, discutiu a construção de um Sistema Nacional de Participação Social. O objetivo é organizar os espaços de participação já consolidados (como os Conselhos, as Conferências, as Ouvidorias, as Mesas de Diálogo e as Audiências Públicas) e incentivar a conformação de outros espaços de interação, a exemplo de canais que utilizem novas mídias e redes sociais para atingir cidadãos que não estão organizados. O Seminário também evidenciou a necessidade de se compreender a participação social como instrumento a ser incorporado no cotidiano da gestão das três esferas de governo. Para dar o tratamento ao tema, foi constituída a sala de situação, no âmbito do Fórum Direitos e Cidadania, para consolidação das propostas relacionadas ao Sistema Nacional de Participação Social e para apresentação de um documento referencial em 2012.

O segundo evento realizado em parceria com organizações da sociedade foi o Seminário Internacional Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, oportunidade na qual foram debatidas questões centrais que dizem respeito: i) à constituição, ao funcionamento e ao fortalecimento institucional das organizações não governamentais; ii) ao relacionamento entre Governo e sociedade para a implementação de políticas públicas; e iii) ao credenciamento, à titulação ou à qualificação dessas organizações pelo Estado.

Com o objetivo de elaborar proposta para articular políticas, programas e ações educativas do Governo Federal voltadas ao protagonismo da sociedade civil e à participação social, foi promovido o terceiro evento, o Seminário Processos Formativos Educativos do Governo Federal com a Sociedade Civil, que contou com a participação de gestores de 25 órgãos federais. Ainda no âmbito das ações educativas e de processos formativos, deu-se continuidade ao trabalho da Rede de Educação Cidadã (Recid). Em 2011, foram realizadas por educadores populares coordenados pela Recid, em parceria com movimentos e organizações, 1.774 oficinas pedagógicas de base, atingindo 42 mil pessoas; 76 encontros estaduais, com participação de 2.710 lideranças sociais; cinco encontros macrorregionais (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste), com participação de 293 lideranças; e três atividades nacionais, com presença de 329 educadores.

Durante o período de formulação do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em parceria com a Secretaria Geral da Presidência, realizou uma série de oito Diálogos com representantes de organizações da sociedade civil com abrangência nacional (Centrais Sindicais, Movimentos Sociais, Redes de ONGs, Comunidades Religiosas, Responsabilidade Social Empresarial, Investimento Social Privado, Centrais Patronais e Conselhos de Políticas Públicas). Tais encontros tiveram por objetivos principais apresentar a concepção do Plano e sua estrutura bem como colher comentários, críticas e sugestões para seu aprimoramento. O conjunto dos Diálogos mobilizou 452 pessoas oriundas de cerca de 80 organizações e 13 órgãos do Governo Federal. Desses 452 participantes, 354 (78%) representavam entidades da sociedade civil e 98 (22%) representavam o poder público.





a) Conferências Nacionais, Conselhos e Fóruns de Diálogo

Assim como os Conselhos Nacionais, as Conferências Nacionais são espaços privilegiados de debate e construção de propostas para o avanço das políticas públicas e vêm incorporando novos formatos de participação e mobilização, como as conferências livres, as virtuais e as consultas dirigidas a grupos específicos. Em 2011, foram concluídas as seguintes Conferências Nacionais, com a participação de cerca de 10 mil delegados nos eventos, totalizando a mobilização de 2 milhões de pessoas em todas as suas etapas:

CONFERÊNCIA	DATA E LOCAL DA ETAPA NACIONAL	TEMA
4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	7 a 11/11/2011 Salvador (BA)	Construir compromissos para efetivar o direito humano à alimentação adequada e saudável e promover a soberania alimentar por meio da implementação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
5ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais	8 a 10/11/2011 Brasília (DF)	2ª Geração de Políticas Públicas para Arranjos Produtivos Locais: Competitividade e Sustentabilidade.
3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa	23 a 25/11/2011 Brasília (DF)	O Compromisso de Todos por um Envelhecimento Digno no Brasil.
14ª Conferência Nacional de Saúde	30/11 a 4/12/2011 Brasília (DF)	Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social – Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro.
8ª Conferência Nacional de Assistência Social	7 a 10/12/2011 Brasília (DF)	Avanços na consolidação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) com a valorização dos trabalhadores e a qualificação da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios.
2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude	9 a 12/12/2011 Brasília (DF)	Juventude, Desenvolvimento e Efetivação de Direitos – Conquistar Direitos, Desenvolver o Brasil.
3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres	12 a 14/12/2011 Brasília (DF)	Discutir e elaborar propostas de políticas que contemplem a construção da igualdade de gênero, na perspectiva do fortalecimento da autonomia econômica, social, cultural e política das mulheres, e contribuam para a erradicação da pobreza extrema e para o exercício pleno da cidadania pelas mulheres brasileiras.
2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)	15 a 18/12/2011 Brasília (DF)	Por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania LGBT.





Para 2012, estão previstas as Etapas Nacionais das seguintes conferências, que já iniciaram suas etapas preparatórias em 2011:

- 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente;
- 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social;
- 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Além dessas, estão em processo de definição outras Conferências, entre elas:

- Conferência Brasileiros no Mundo;
- Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Conferência Nacional de Turismo;
- Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional.

Em 2011, por ocasião do processo de elaboração do Projeto de Lei do Plano Plurianual, foi constituído o Fórum Interconselhos como ambiente de interação, processo participativo e atuação conjunta dos representantes da sociedade civil, por meio dos Conselhos Nacionais de Políticas Públicas. Dele participaram representantes de 32 Conselhos, quatro Comissões Nacionais e 65 entidades da sociedade civil. Na ocasião, as propostas para a elaboração do Plano Plurianual (PPA 2012-2015) foram apresentadas e os Conselhos puderam expor suas proposições. Assim, com 77% das ações sugeridas completamente incorporadas e 20% parcialmente aceitas, a proposta do Plano Plurianual foi enriquecida e aperfeiçoada, a partir da contribuição de representantes da sociedade.

Importante mencionar que o processo de participação social vem-se aprimorando com a utilização de novas mídias e mediação digital de debates, inclusive em redes sociais, com transmissão na Internet e espaço de interação. Exemplo a destacar foi o processo digital utilizado no Segundo Fórum Interconselhos, que contou com mobilização via redes sociais, transmissão e participação ao vivo, pela Internet e videoconferências. O processo participativo na elaboração do Plano Plurianual terá continuidade com a participação da sociedade no monitoramento da sua implementação.

Entre as Mesas de Diálogo constituídas para aprofundamento de temas específicos e de grande relevância para o Governo e para a sociedade, continua avançando o trabalho focado no Compromisso Nacional para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar. Em 2011, os representantes do Governo, dos empregadores e dos empregados do setor sucroenergético pactuaram a publicação de Edital de Chamada Pública, com o objetivo de credenciar empresas de auditoria independente, de âmbito empresarial, para verificar o cumprimento das práticas empresarias das usinas acordadas no Compromisso Nacional.

Foram constituídas ao longo de 2011 novas mesas de diálogo, entre elas:

- Mesa Nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na construção: tem o objetivo de construir entre os setores patronais e dos trabalhadores, com a intermediação do Governo, acordo sobre as condições de trabalho na construção





civil. Em 2011, essa Mesa dedicou-se ao processo de negociação e finalização do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Construção, no qual foram tratados temas como recrutamento, pré-seleção e seleção, qualificação, segurança no trabalho de trabalhadores, relação com a comunidade e representação sindical no local de trabalho. O Compromisso prevê a instalação de uma Mesa Nacional Tripartite Permanente da Indústria da Construção, que será responsável pelo monitoramento e a avaliação da execução do acordo;

- Mesa Permanente de Diálogo com as Centrais Sindicais: reúne representantes do Governo Federal e das seis centrais sindicais que, juntos, elegeram temas prioritários para discussão e pactuação, tais como fator previdenciário, valorização das aposentadorias e regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho. Destaca-se, em 2011, a negociação referente às regras de ajuste do salário-mínimo;
- Mesa de Diálogo sobre Aeroportos: instalada e encerrada em 2011, essa Mesa coordenou o diálogo sobre as concessões dos aeroportos de Brasília, Guarulhos e Viracopos, o que resultou no acordo para garantir, aos trabalhadores, condições satisfatórias nos processos de concessões. Essas negociações seguirão ao longo de 2012;
- Mesa do Movimento dos Atingidos por Barragens: dialoga sobre as reivindicações do movimento reunidas em uma pauta nacional. Participam da Mesa representantes do Governo (envolvendo 12 ministérios) e das empresas estatais do setor elétrico. Além das pautas nacionais, foram apresentadas pautas regionais. Em 2011, destaca-se a criação de dois grupos de trabalho, tendo como objeto, respectivamente, a construção de uma política de tratamento às populações atingidas por barragens e a atuação para dirimir situações ainda não solucionadas em alguns empreendimentos;
- Mesa de Diálogo sobre a Política Urbana: objetiva debater a pauta unificada dos quatro movimentos nacionais de luta pela moradia (Central de Movimentos Populares, Confederação Nacional das Associações de Moradores, Movimento Nacional de Luta pela Moradia e União Nacional por Moradia Popular) e instituir canal de diálogo permanente entre o Governo Federal e os movimentos sociais voltados à questão;
- Mesa de Diálogo sobre o modelo energético brasileiro: contempla temas como Pré-Sal, tarifa social de energia elétrica, concessões de geração, energia solar e terceirização da mão de obra no setor. Em 2011, definiram-se como temas prioritários o preço do gás de cozinha para consumidores residenciais e a questão do alto número de acidentes de trabalho na manutenção das linhas de transmissão. Para 2012, há a proposta de realização de um seminário sobre o modelo energético no País, como forma de compartilhamento de experiências exitosas e ampliação do debate sobre essa temática.

Além desses mecanismos permanentes de participação social, o Governo Federal manteve-se receptivo ao acolhimento de novas pautas de discussão com demandas da sociedade em todos os seus órgãos. Prima-se pelo diálogo franco e aberto e pelo recebimento de pautas da sociedade, com atividades desde o favorecimento da interlocução da própria Presidenta da República com a população e com representantes de organizações sociais em eventos pelo País, até as audiências concedidas e os canais de diálogo estabelecidos nos diversos órgãos do Poder Executivo.

A esse respeito, cabe mencionar a realização de 119 atividades de articulação social e política dos eventos nacionais realizados com a presença da Presidenta da República, do Vice-Presidente e do Presidente da Câmara dos Deputados, na condição de Presidente da República em exercício. Esses eventos são importante canal de contato da Presidenta com a sociedade, representando um espaço para a prestação de contas do Governo Federal, para o exercício da transparência, para a interação com o território e para a afirmação de relações republicanas.





b) Pauta dos Movimentos Sociais do Campo

Ao longo do ano, o Governo Federal recebeu diversos movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento Camponês Popular (MCP), a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf).

Após as diversas mobilizações desses movimentos sociais com entregas de pautas, o Governo Federal anunciou várias medidas para atender às reivindicações, com os seguintes destaques:

- Possibilidade de renegociação de dívidas de agricultores familiares e assentados, beneficiando cerca de 200 mil pessoas;
- Assinatura de 60 decretos de desapropriação de imóveis rurais, contemplando demandas dos movimentos;
- Recursos no valor de R\$ 16 bilhões para a safra 2011/2012 com limites ampliados;
- Liberação de R\$ 530 milhões para obtenção de terras e suplementação de mais R\$ 400 milhões;
- Liberação de R\$ 127 milhões para garantir a execução dos contratos do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), atendendo 700 mil famílias;
- Criação da Superintendência da Habitação Rural na Caixa Econômica Federal;
- Envio ao Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 29/2011, que cria a Política de Garantia de Preço Mínimo da Agricultura Familiar;
- Construção de 350 escolas no campo;
- Custeio de 16 Unidades Básicas de Saúde fluviais, sendo oito em 2011 e oito em 2012, voltados para trabalhadores do Campo e da Floresta;
- Aumento para R\$ 20 mil do limite individual de venda da agricultura familiar para alimentação escolar;
- Crédito de apoio à mulher para geração de renda no valor R\$ 3 mil;
- Implantação de três unidades fluviais do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural;
- Garantia de inclusão de, no mínimo, 30% das mulheres como beneficiárias do Ater;
- Ampliação da participação das mulheres no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura e garantia da destinação de 30% dos recursos para uso exclusivo pelas mulheres;
- Implementação da Rede Cegonha para reduzir a mortalidade materna das mulheres do campo e da floresta e aprimorar o atendimento aos recém-nascidos.

c) Pauta dos Movimentos Sociais Urbanos

Além da Mesa de Diálogo sobre a Política Urbana, é importante mencionar, no âmbito do segmento social urbano, as reivindicações apresentadas pelo Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável (MNCR), tratadas pelo Comitê





Interministerial para Inclusão Social dos Catadores de Material Reciclável (CIISC), a cargo do MDS. O principal resultado foi a elaboração, análise e aprovação, de forma participativa, do Plano de Ações para Inclusão Social dos Catadores.

d) Pautas Diversas

Além das pautas organizadas, o Governo dialogou sobre questões advindas das grandes obras que estão em curso no País e que afetam o dia a dia das comunidades.

Ressalta-se, nessa linha, a atuação do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS), que trata da área a ser impactada direta e indiretamente pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Coube à Secretaria Geral da Presidência da República organizar a participação da sociedade civil no Comitê, garantindo voz a comunidades, movimentos e organizações sociais que atuam na região.

O Governo Federal tem contribuído para a coordenação política e articulação de ações na região, a exemplo da Casa de Governo em Altamira (PA) – posto avançado do Governo Federal com a atribuição de representar e articular os órgãos federais na região e intermediar a relação com a sociedade civil –, da instalação de Escritório de Representação da Secretaria Geral naquela região e da Operação Cidadania Xingu que, em três meses, possibilitou a prestação de serviços públicos, especialmente de cidadania e de estímulo a modelos de produção sustentáveis.

Também na Região Norte do País, o Governo Federal deflagrou a Operação Defesa da Vida, organizada em razão da morte de lideranças rurais ocorridas naquela região, que resultou em prisões, detenção de madeira ilegal e atendimento direto à população. Ressalte-se, também, a realização da operação de apreensão de madeira ilegalmente extraída na região da Terra do Meio, no Pará, após interlocução com organizações sociais da Amazônia.

e) Diálogos com Povos e Comunidades Tradicionais

A regulamentação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 2002, trata da garantia de direitos de povos indígenas e, por conseguinte, é pauta recorrente dos povos e comunidades tradicionais brasileiros. Para atender ao pleito, o Governo Federal instalará em 2012 um Grupo de Trabalho Interministerial, com participação da sociedade, para trabalhar as sugestões colhidas no Seminário de Diálogo entre Governo e Sociedade Civil pela regulamentação da Convenção nº 169 da OIT, realizado em Brasília, no final de 2011.

f) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

A participação social também tem-se destacado como elemento propulsor da incorporação e do alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) pelos Municípios. Os Relatórios Nacionais de Acompanhamento dos ODM indicam que todos os Objetivos serão alcançados pelo Brasil até 2015. No entanto, uma análise mais detalhada da situação dos Municípios demonstra que ainda há grande desigualdade a ser superada.

Nesse sentido, o Governo busca mobilizar os setores produtivos, a academia, as organizações da sociedade e os governos estaduais e municipais, a fim de que todos os Municípios avancem rumo ao alcance dos Objetivos. Para tanto, tem dado apoio a iniciativas da sociedade, como a criação do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade e o Portal ODM de Acompanhamento Municipal dos ODM. Os 27 núcleos estaduais de ODM, criados entre 2006 e 2009 com o objetivo





de catalisar e disseminar regionalmente as ações de ODM, fortaleceram sua atuação, levando Municípios e instituições a adotarem os ODM como plataforma social.

Em 2011, foi lançada a 4ª Edição do Prêmio ODM Brasil, criado para incentivar, valorizar e dar visibilidade às práticas que contribuem para o alcance dos ODM. Os seminários de lançamento dessa Edição nas 27 unidades da Federação envolveram representantes de Governos estaduais e municipais e de organizações da sociedade civil, e serviram de incentivo para reforçar o engajamento social e o compromisso de todos os Estados em prol do alcance dos Objetivos e dos benefícios diretos que trazem à população. Nessa edição, foram inscritas 1.638 práticas, das quais 20 serão premiadas em solenidade a ser realizada em 2012.

Ainda para 2012, está previsto o início da implementação do projeto ODM Brasil 2015, uma parceria entre Governo Federal, empresas públicas e organismos internacionais, com vistas a dar maior celeridade ao processo de municipalização dos ODM e de produção de informações referentes aos avanços conquistados.

g) Atuação Internacional

Uma série de ações vem sendo realizadas com o objetivo de ampliar a participação social na discussão e implementação de questões pertinentes à política externa brasileira, especialmente à integração regional, à cooperação internacional e às relações com a sociedade civil. Nesse sentido, destacaram-se:

g.1) Fórum Social Mundial

Como reconhecimento ao privilegiado espaço de interlocução e manifestação dos anseios sociais, o Governo tem marcado presença em todas as edições do Fórum Social Mundial. Em 2011, na edição realizada em Dakar, no Senegal, a presença brasileira foi destacada pelo seu compromisso e interação com os movimentos sociais. A edição 2012, em Porto Alegre (RS), servirá como oportunidade de preparação de representantes da sociedade para a Conferência Rio+20.

g.2) Política Externa e Participação Cidadã

Foi realizada a terceira edição do encontro de Política Externa com representantes das organizações sociais brasileiras para discutir a situação internacional, bem como viabilizado encontro de representantes do Governo e da sociedade civil com o Secretário-Geral das Nações Unidas. Em ambas as oportunidades, mais de 40 líderes de movimentos e organizações sociais participaram dos debates e possibilitaram o enriquecimento da política externa brasileira com as sugestões da sociedade civil.

g.3) Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Em 2011, foi realizado o I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, em Brasília, com a participação de representantes do Governo brasileiro e da sociedade civil dos oito países-membros (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste). As conclusões expressaram o consenso pela necessidade de participação da sociedade civil nas decisões políticas e na implementação de projetos que venham a ser desenvolvidos entre os Estados membros da CPLP.





g.4) Mercosul

O Programa Brasileiro Mercosul Social e Participativo tem buscado promover amplo debate com as organizações da sociedade civil brasileira sobre as políticas públicas em negociação para o Mercosul. Em 2012, espera-se forte atuação dos membros da sociedade civil que participam do Programa para construir conjuntamente as ações da Presidência Pró-Tempore Brasileira do Mercosul, no segundo semestre.

No âmbito da Cúpula Social do Mercosul, temas como direitos sociolaborais, agricultura familiar e direitos das pessoas com deficiência foram debatidos em 2011 por representantes dos Governos e de organizações da sociedade civil dos países-membros do Bloco. Em 2012, está prevista para o segundo semestre a realização da Cúpula no Brasil, para a qual se planeja um novo formato em que a sociedade civil poderá incidir sobre políticas públicas concretas no âmbito do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul.

4. Relações Institucionais

a) Articulação com o Poder Legislativo

O ano de 2011 foi marcado pela produção de proposições legislativas com grandes impactos nas políticas públicas. Foram aprovadas 34 medidas provisórias, 19 projetos de lei, duas leis complementares, uma Proposta de Emenda à Constituição de autoria do Poder Executivo, 46 acordos internacionais e a indicação de 113 autoridades.

Na área econômica, destacam-se as Leis nº 12.545 e nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que concentram as disposições normativas relacionadas ao Plano Brasil Maior, bem como as Leis nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e nº 12.507, de 11 de outubro de 2011, que desoneraram setores industriais relevantes, como o de produção de *tablets* e o de equipamentos para prestação do serviço de banda larga. Destacam-se também a Lei nº 12.543, de 8 de dezembro de 2011, que regulamenta o mercado de derivativos no País, melhorando a governança sobre o mercado de capitais; e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que cria o cadastro positivo de crédito.

Foi igualmente aprovada a revisão do Supersimples, com a consequente edição da Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011, que enquadra as micro e pequenas empresas em regime tributário diferenciado. Também foi reduzida a alíquota da contribuição previdenciária do microempreendedor individual (MEI), com a publicação da Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011. Essa redução beneficia o segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente à família de baixa renda. Assim, as donas de casa de baixa renda poderão, com o recolhimento de contribuição de 5%, fazer jus à aposentadoria por idade no valor de um salário-mínimo.

Outras medidas importantes de estímulo para a economia foram a aprovação da política de valorização do salário-mínimo, consubstanciada na Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, e a atualização da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, com a publicação da Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011. Além disso, o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência foi reestruturado, por força da edição da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, após sete anos de tramitação do Projeto de Lei nº 3.937, de 2004, nas Casas Congressuais.





Em infraestrutura, a produção legislativa trouxe significativos avanços para o País. Foi instituída uma ampla revisão no marco legal do Programa Minha Casa, Minha Vida, com a edição da Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011. Destacam-se ainda a criação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (Etv), por força da Lei nº 12.404, de 4 de maio de 2011, a regulamentação do setor de etanol e a revisão do regime jurídico da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, temas da Lei nº 12.490, de 16 de setembro de 2011. Merece registro ainda a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, que regulamenta as competências dos órgãos que atuam na fiscalização e no licenciamento ambiental, e a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, norma que regulamenta o setor de televisão por assinatura.

Como parte do esforço de preparação para os grandes eventos desportivos que serão sediados no País, foi aprovado o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), a ser utilizado nas obras de infraestrutura da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 e dos Jogos Olímpicos Rio 2016, conforme Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011. Além disso, foram editadas a Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, que dentre outras providências fixa novas diretrizes no âmbito do Programa Bolsa-Atleta, e a Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, que ratifica o Protocolo de Intenções de criação da Autoridade Pública Olímpica (APO).

São significativos, também, os avanços da área social. A Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, reestruturou todo o Sistema Único de Assistência Social (Suas). No mesmo sentido, foi sancionada a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que traz disposições normativas relacionadas ao Programa Brasil Sem Miséria. A Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, regulamentou o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde.

Em relação ao setor de educação, foi bastante significativo o número de proposições legislativas aprovadas em 2011 e que permitiram a adoção de medidas relevantes, como a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), tema da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011; a aprovação do Plano de Recuperação da Rede Física Escolar Pública, de que trata a Lei nº 12.487, de 15 de setembro de 2011; o reajuste salarial e a revisão do marco legal da residência médica, dispostos na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011; e a modificação da sistemática de contratação de professores substitutos e temporários para universidades federais, constante da Lei nº 12.425, de 17 de junho de 2011.

Na área de justiça e cidadania, foram aprovadas proposições de importância histórica para o País. Vale citar a edição da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, que cria a Comissão Nacional da Verdade, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Também foi publicada a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações em posse da administração pública. Outras matérias de interesse da cidadania foram aprovadas em 2011, resultando, por exemplo, na Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011, que regulamenta o aviso prévio; na Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011, que modifica a sistemática da adoção de medidas cautelares no processo penal brasileiro; na Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011, que estabelece remissão do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho; e a aprovação do PL nº 134 de 2009, que cria o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que resultou na publicação da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

No que diz respeito às relações exteriores, foram aprovados o Acordo de Revisão do Tratado de Itaipu e o Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), dentre outros de alta relevância política e econômica para o País. Ressalte-se a Lei nº 12.429, de 20 de junho de 2011, e a Lei nº 12.413, de 31 de maio de 2011, que dispõem sobre doação de alimentos para assistência humanitária e iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento.





Finalmente, foi aprovada e promulgada a Emenda Constitucional nº 68, de 21 de dezembro de 2011, resultante da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2011, que permite a desvinculação, até 31 de dezembro de 2015, de 20% da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, viabilizando uma gestão orçamentária e financeira mais adequada às necessidades do País.

Para o ano de 2012, deverão merecer atenção especial do Governo diversas matérias que se encontram em tramitação no Congresso Nacional. Na área econômica: Projeto de Resolução nº 72, de 2010, que trata do ICMS interestadual de importação; o Projeto de Lei nº 2.412, de 2007, que trata da modificação da sistemática de cobrança da dívida ativa da União; e o Projeto de Lei nº 1.992, de 2007, que institui a previdência complementar do setor público. Para a área de infraestrutura e eventos desportivos, destacam-se o Projeto de Lei nº 2.330, de 2011, que estabelece a Lei Geral da Copa; o Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, que altera o marco legal das agências reguladoras; e o Projeto de Lei nº 6.381, de 2005, que estabelece a Política Nacional de Irrigação.

Na área social, destacam-se as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE); Projeto de Lei nº 6.722, de 2010, que institui o Procltura; e o Projeto de Lei nº 7.029, de 2006, que cria normas para o fracionamento de medicamentos.

No que diz respeito ao tema de justiça e cidadania, merecem ser destacados, o Projeto de Lei nº 2.126, de 2011, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil; o Projeto de Lei nº 2.442, de 2011, que dispõe sobre a Política de Combate aos Crimes de Tortura; o Projeto de Lei nº 6.826, de 2010, que trata da responsabilidade de pessoa jurídica em caso de corrupção; e o Projeto de Lei nº 3.443, de 2008, que dispõe sobre lavagem de dinheiro.

É preciso ressaltar que a manutenção das relações de cooperação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo é o maior objetivo da política de relações institucionais do Governo Federal e que se pretende manter, em 2012, o nível de excelência e harmonia observado no acompanhamento dos trabalhos legislativos de 2011.

b) Articulação Federativa

Em 2011, o Governo deu continuidade ao processo de fortalecimento das relações intergovernamentais, consolidando os canais de diálogo federativo criados nos últimos anos. São exemplos o Comitê de Articulação Federativa (CAF), os Fóruns Regionais de Governadores e as comissões tripartites no âmbito dos diversos sistemas federativos setoriais na área da saúde (Sistema Único de Saúde – SUS), de assistência social (Sistema Único de Assistência Social – Suas) e meio ambiente (Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama). Vale destacar a participação, em 2011, no XII Fórum dos Governadores do Nordeste, em Aracaju (SE), onde se reafirmou o compromisso com o desenvolvimento da região. O apoio a essas reuniões regionais de governadores busca estabelecer acordo em torno de uma carteira de investimentos compartilhada em cada macrorregião do País. Para isso, tem sido fundamental o apoio do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento (Conseplan), que, por meio de reuniões preparatórias, organiza os fóruns de governadores do Nordeste e da Amazônia Legal.

Na esfera do Sistema de Assessoramento para Assuntos Federativos (Sasf), foram realizadas 11 reuniões visando à preparação para a XIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios e à discussão de outros temas, como a apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, do Plano Brasil Maior e do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis; a análise das finanças públicas





e o desempenho dos fundos constitucionais; o planejamento e desenvolvimento das políticas públicas – Plano Plurianual (PPA 2012-2015); e a proposta de simplificação dos procedimentos de transferências voluntárias a Estados e Municípios; entre outros.

Nesse sentido, vale ressaltar a assinatura, na reunião do CAF, da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011. Essa portaria regula as transferências voluntárias da União, com o objetivo de desburocratizar o processo de repasse de recursos aos entes federativos brasileiros e aumentar o controle e a transparência sobre os investimentos públicos.

Em 2011, os Fundos de Participação dos Municípios e Estados (FPM e FPE) tiveram um acréscimo de 18,8% (janeiro a dezembro) em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa elevação é resultado do bom comportamento das receitas do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que têm parte de sua arrecadação destinada àqueles fundos.

É importante destacar também a participação na XIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), com o apoio da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). A Marcha reuniu mais de 5 mil participantes, com o objetivo de avançar na construção de um pacto federativo mais justo, capaz de reduzir as diferenças regionais e promover o desenvolvimento sustentável. Durante o evento, foram apresentadas as principais estratégias de cooperação federativa no âmbito da saúde, da educação e do meio ambiente. Foram ainda apresentadas diretrizes da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) e do Plano Brasil Sem Miséria, que preveem uma intensa cooperação entre os entes federativos.

No tocante ao PAC, o processo de seleção dos empreendimentos dentro do Programa buscou atender às demandas dos entes subnacionais na indicação de prioridades e alocação de investimentos, com base nas necessidades de infraestrutura no âmbito regional. A dinâmica de pactuação e diálogo federativo estabelecida na primeira fase do Programa (PAC 1) foi mantida no processo de seleção dos projetos nas áreas sociais, que incluem equipamentos de saúde, educação, habitação, saneamento, mobilidade, cultura e segurança pública.

A parceria com Estados e Municípios ocorreu também no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, cujo lançamento foi organizado em todas as regiões do País, de forma a respeitar as diferentes realidades. Durante os lançamentos, foram firmados compromissos entre a União, os Estados e os Municípios, estabelecendo ações e responsabilidades em relação à meta de superação da extrema pobreza. Em cada uma das regiões, foram anunciadas ações de transferência de renda, como a complementação financeira do Programa Bolsa Família, e o acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica.

O Governo Federal contribuiu, ao longo do último ano, para fortalecer os entes subnacionais e dar sustentabilidade às múltiplas escalas do projeto nacional de desenvolvimento do País. O Plano Plurianual (PPA 2012-2015) foi objeto de discussão em eventos regionais realizados com o intuito de propiciar a integração gradual entre o Plano Plurianual federal e os Planos estaduais e municipais, mediante processo institucionalizado de articulação governamental.

Na esfera internacional, a Secretaria de Relações Institucionais participou de trabalhos de cooperação, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, e de projetos diversos. São exemplos o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul; a Cooperação Descentralizada Brasil-França; o Edital de Convocação para Projetos Franco-Brasileiros de Cooperação Descentralizada Trilateral em Benefício do Haiti e dos países do Continente Africano; o Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul; e a Cooperação Descentralizada Brasil-Itália.





Sendo a manutenção do crescimento econômico um dos principais desafios para 2012, um dos objetivos estabelecidos no âmbito das relações federativas é consolidar o federalismo cooperativo e promover uma repactuação do País que viabilize um desenvolvimento capaz de superar a extrema pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Nesse sentido, propõe-se, para 2012, fomentar a criação de instrumentos de cooperação e coordenação federativa, como os consórcios públicos e as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, a fim de criar escalas mais adequadas à prestação dos serviços e acelerar a realização dos planos de desenvolvimento regional.

Relativamente às finanças públicas, novos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) deverão ser negociados com as unidades da Federação e podem fortalecer o pacto federativo, promovendo uma distribuição mais justa e equitativa dos recursos. Para o ano de 2012, a Secretaria do Tesouro Nacional estima os repasses de FPE em R\$ 55 bilhões e de FPM em R\$ 60,7 bilhões, já descontada a parcela do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Para 2012, também está previsto o lançamento da Agenda de Compromissos do Governo Federal e dos Municípios 2013-2016, cujo objetivo é oferecer aos novos prefeitos um instrumento de monitoramento do impacto das políticas públicas. Por meio da Agenda de Compromisso, será proposta aos candidatos a prefeito a assunção de oito compromissos relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O foco do projeto serão os prefeitos que tomarão posse no início de 2013 e que poderão aderir ao sistema de monitoramento via Internet e ser certificados pelo Governo Federal, anualmente, pelas metas alcançadas.

